

DESENVOLVIMENTO SOCIOEDUCACIONAL EM ADULTOS

Paola Andressa Scortegagna – Rita de Cássia da Silva Oliveira

APRESENTAÇÃO:

Sejam bem-vindos à Disciplina “Desenvolvimento Socioeducacional em Adultos”!

A Educação de Adultos é um campo de discussão e problematização do espaço educacional para jovens, adultos e idosos, seja na educação formal seja nos espaços não formais. Representa um processo que atende a todos aqueles que se encontram marginalizados pelos processos educativos regulares, mas que necessitam de formação, aprofundamento ou aperfeiçoamento, fundamentada pela educação permanente.

Esta disciplina está organizada em três unidades, possibilitando uma melhor compreensão e reflexão sobre os temas apresentados: O processo educacional para adultos e idosos; Envelhecimento ativo; Universidade Aberta para a Terceira Idade.

As leituras, reflexões e pesquisa são imprescindíveis para esta disciplina. *Desejamos a vocês um ótimo trabalho!*

UNIDADE I: O PROCESSO EDUCACIONAL PARA ADULTOS E IDOSOS

Educação Permanente

O indivíduo aprende constantemente em sua vida, assim, a educação não pode ser caracterizada apenas como uma etapa com tempo e espaço pré-determinados. Segundo Furter (1976) o homem é um ser inacabado, que busca a perfeição, neste sentido, **a educação se torna um processo contínuo** que só termina com a morte.

Ao se pensar a **educação** como uma **ação permanente** e que o processo de aprendizagem ocorre durante toda a vida do homem, não evidencia apenas uma evolução do pensamento pedagógico, trata-se de uma necessidade de constante atualização num ambiente globalizado onde as

mudanças são rápidas e contínuas, permitindo que o homem evolua segundo estes preceitos (OLIVEIRA, 1999).

Desta maneira, a educação enquanto prática social permite que o homem constantemente aprenda, tornando-se possível pensar numa **transformação cultural** e na própria sociedade. Para Pinto (1989, p. 39), “a educação não é uma conquista do indivíduo”, mas sim “uma função da sociedade e como tal dependente de seu grau de desenvolvimento. Onde há sociedade há educação: logo, esta é permanente”.

A evolução social decorre da ação educacional. Assim, pensar a educação para a transformação implica num caráter permanente, tanto para que a sociedade possa se desenvolver, quanto para que o indivíduo possa estar integrado a este desenvolvimento.

Educação de Jovens e Adultos

Por muito tempo a educação esteve vinculada a diferentes fases da vida. A infância, por exemplo, era valorizada, e em especial na questão educacional, com uma preocupação muito intensa quanto aos métodos e aos conteúdos que deveriam ser apresentados, conforme a faixa etária. Com relação aos jovens e adultos, a associação refere-se ao mundo do trabalho, à produção e ao consumo, enquanto a velhice e a terceira idade estavam vinculadas à improdutividade, à diminuição das atividades físicas e intelectuais. Entretanto, esses mitos que assombram a educação brasileira são destruídos pelas pesquisas científicas atualmente desenvolvidas, atribuindo significados diferenciados conforme as faixas etárias, considerando a cada segmento etário um espaço de reconhecimento e contribuição na sociedade brasileira.

A **Educação de Jovens e Adultos** não raras vezes se apresenta como campanhas paliativas de erradicação do analfabetismo adulto, nas quais o Estado se exime parcialmente do cumprimento de suas funções, por meio de parcerias, reforçando a educação da EJA como promoção de ações compensatórias de baixo investimento. Nada mais necessário do que a criação de **políticas públicas efetivas**, que garantam a execução, financiamento e concretude dessa modalidade de ensino.

O segmento dos **jovens, adultos e idosos** distingue-se dos demais da educação formal, sendo necessária uma reavaliação de uma modalidade de

ensino que supra as necessidades educacionais de que esse grupo carece, através de uma **relação entre formação e mercado de trabalho**. A educação de jovens e adultos deve possibilitar também uma formação profissional aliada à formação acadêmica. A realidade educacional brasileira é um exemplo acabado de contradição entre a declaração dos direitos e a prática social. Existe um descompasso entre os processos de interação, estudo e trabalho (PICONEZ, 2002).

A EJA, no Brasil, vem ao encontro das classes sociais menos favorecidas, uma vez que o estado capitalista busca incessantemente o lucro exacerbado, sem se preocupar com a parcela da população que se encontra à margem desse contexto. Nestas condições, a educação apresenta-se como possibilidade de mudança a essa realidade vivenciada.

No transcorrer do seu processo histórico, a EJA apresenta-se como uma **educação compensatória** (GADOTTI; ROMÃO, 2001), sendo vista como uma oportunidade para superar uma falha no processo educacional dos alunos inclusos nessa modalidade.

Educação de idosos

As discussões acerca do **envelhecimento** e da **velhice** estão em grande evidência no contexto nacional. Aponta-se tanto num âmbito social mais amplo, como na própria família, as condições que os **idosos** enfrentam, salientando as questões de discriminação, preconceito e marginalização com relação a essa faixa etária.

Os **preconceitos acerca da velhice** elucidam as faces da discriminação e opressão que muitos idosos sofrem, por serem considerados sujeitos improdutivos e sem capacidade de aprender. Nesse sentido, o idoso fica caracterizado como um peso para a sociedade, a qual por muitas vezes o oprime, considerando que seus conhecimentos são ultrapassados e suas experiências não tem significado.

Para possibilitar uma visão diferenciada acerca do idoso e da velhice, a **educação** surge como **oportunidade de ação**, tanto para a sociedade conhecer e aprender a respeitar o idoso, como para o idoso ter novas condições de abrir-se para o mundo, conhecendo seus direitos e vivenciando novas experiências.

O processo de mudança desejada representa um longo caminho a ser percorrido, no entanto se o primeiro passo não for dado, nunca se efetivará a transformação almejada. Assim, “a educação em qualquer caso, traria o germe da mudança, tornando-se por isso instrumento de realização de utopias” (PAIVA, 1985, p.39).

Nesse âmbito, “os velhos precisam de um espaço de fala que torne possível uma re-significação de seu eu. Algo que lhes permita relançar o desejo e manter o olhar sobre si” (CASTRO, 2001, p. 68). Desta maneira, a **educação é um importante meio de transformação e valorização** destas pessoas.

Políticas públicas e a educação do idoso

A **educação** é considerada como um **direito fundamental**, que está incluso em algumas políticas públicas destinadas para o público idoso, todavia, ainda não existe nenhuma política que referencie exclusivamente a educação para o idoso. No Brasil, a legislação educacional contempla a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e o Ensino Superior, juntamente com as modalidades de ensino (ensino profissionalizante, educação de jovens e adultos, educação indígena, educação especial, entre outras), mas quando se pensa no **idoso**, este fica deslocado.

O idoso encontra-se incluso em legislações específicas da modalidade da **Educação de Jovens e Adultos**. Nas **Diretrizes Curriculares Nacionais** para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CEB 11/2000), o idoso é citado, porém dentro desta modalidade.

Apesar da inclusão do idoso na EJA, percebe-se que caracterizá-lo como adulto submerge todas as suas peculiaridades, além das diferenças conceituais e necessidades educacionais. Deve-se pensar e analisar quais os motivos que levam o idoso à EJA, para que se institua uma metodologia e materiais adequados, além de um profissional preparado para trabalhar com este público.

Nas legislações referenciais à terceira idade, observa-se que a educação possui destaque. No artigo terceiro da **Política Nacional do Idoso** (Lei 8842/94), propõem-se a melhoria das condições de estudo para que os idosos possam aprender com mais facilidade, criando programas voltados ao

idoso, além de educar a população para melhor entender o processo de envelhecimento.

Segundo o **Estatuto do Idoso** (Lei 10741/03), no Capítulo 5, nos artigos 20 ao 25, estabelece-se que o idoso tem direito à educação, respeitando a peculiar condição de sua idade. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, havendo cursos especiais para que o mesmo integre-se à vida moderna, além de apoiar a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e publicações de livros e periódicos com conteúdos adequados à população idosa.

Sugestões de vídeos para você aprofundar suas reflexões:

Emilio Gilolmo: A Educação permanente

<https://www.youtube.com/watch?v=FSL503if0wQ>

Políticas Públicas Idosos (29/12/14)

<https://www.youtube.com/watch?v=1OQC5EproQs>

UNIDADE 2: ENVELHECIMENTO ATIVO

Primeiras aproximações: independência e autonomia do idoso

O **envelhecimento da população** mundial é um dos grandes desafios do século XXI, uma vez que há impactos sociais, os quais não foram planejados principalmente nos países em desenvolvimento. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (2005), o processo de envelhecimento dos países em desenvolvimento ocorreu em torno de 3 décadas, situação distinta dos países desenvolvidos, os quais vivenciaram este processo em torno de 1 século, tempo suficiente para a estabilidade econômica e a formulação de políticas e programas para o envelhecimento.

Nesta realidade, também se encontra o Brasil. Hoje, de acordo com o IBGE (2013), **os idosos representam 12,6% da população** (23 milhões). Atualmente há mais idosos do que crianças de 0 a 6 anos, já em 2030 os idosos serão um grupo maior do que crianças e adolescentes de 0 a 14 anos (IBGE). A quantidade de idosos vem aumentando constantemente e na próxima década (2025), o Brasil será o 6º país no mundo em número de idosos, de acordo com a OMS.

Diante deste panorama demográfico, surge a necessidade de se repensar o **processo de envelhecimento**, a velhice e as condições sociais dos idosos e dos futuros idosos. Assim, torna-se fundamental a implementação de programas e **políticas públicas** voltadas ao envelhecimento populacional.

Surge, então, a necessidade de uma nova concepção de velhice, aliada a uma identidade social consolidada do idoso, remete-se diretamente a autonomia e independência, fortalecendo a capacidade de continuar ativo e ter papéis sociais definidos. A **independência** e a **autonomia** possibilitam gerir a própria vida, tomar decisões, não dependendo continuamente do auxílio de outras pessoas.

No Brasil, a situação de dependência faz parte do contexto atual dos idosos, tanto na questão de falta de autonomia para a realização de atividades básicas da vida cotidiana, como na própria ausência de renda que pressupõe também dependência (CAMARANO, 2006).

Assim, a situação em que o idoso se encontra deve possibilitar alternativas para que o mesmo mantenha atividades, podendo realizar suas tarefas cotidianas, além de ter rendimentos suficientes para sua sobrevivência. Neste sentido, **com o envelhecimento, a qualidade de vida dos sujeitos é determinada muitas vezes pela capacidade de ser independente e autônomo** (CAMARANO, 1999; SMETHURST, 2004).

A **independência** pressupõe a **atividade**, logo, pensar num idoso independente remete-se a possibilitar que este sujeito tenha condições de exercer um papel definido, tenha uma ocupação que o realize enquanto pessoa e seja reconhecido pela capacidade de desenvolver tarefas. Desta maneira, “a atividade pode ajudar pessoas idosas a ficarem independentes o máximo possível, pelo período de tempo mais longo” (WHO, 2005, p. 21).

A **independência aliada ao envelhecimento** não se restringe apenas à realização de tarefas, mas também pode estar aliada a capacidade do idoso de manter-se no mercado de trabalho, ou até mesmo voltar a trabalhar após a aposentadoria. Com a inserção ou reinserção no mercado de trabalho, o idoso, se aposentado, pode complementar sua renda, auxiliando na economia doméstica, uma vez que a organização familiar atual se destaca pela complexidade, na qual o idoso por muitas vezes volta a ser chefe de família, sendo responsável pela manutenção da mesma.

Assim, a **autonomia e independência** do idoso tornam-se uma **necessidade econômica**, não cabendo mais uma visão de idoso dependente e inativo. Uma significativa parcela da população idosa nos últimos anos mantém-se encarregada pelos rendimentos familiares, por meio de sua aposentadoria, e quando esta não é suficiente, buscam **novas alternativas de renda**.

O idoso como protagonista

O apoio e amparo ao idoso são compromissos sociais, que devem articular todas as ações voltadas para este segmento, a fim de contribuir para a constituição de papéis sociais na velhice. Deve-se **possibilitar que o idoso**, enquanto **sujeito ativo lute pelos seus direitos** e tenha assegurado condições mínimas de sobrevivência e cidadania.

A partir do momento em que o idoso é considerado como um sujeito capaz de **desenvolver atividades** e desempenhar **novos papéis sociais** percebe-se que a visão sobre a velhice começa a ser alterada, pois o idoso incapaz, inútil e sem utilidade, passa a ser um novo agente social. “Gradualmente, a visão de **idosos** como um subgrupo populacional vulnerável e dependente foi sendo substituída pela de um **segmento populacional ativo** e atuante que deve ser incorporado na busca do bem-estar de toda a sociedade” (CAMARANO; PASINATO, 2004, p. 257-258).

Nesta perspectiva, quando o idoso se percebe como possibilitador de mudanças e que tem condições de atuar em prol de seus direitos, o contexto social da velhice muda. Percebe-se que “os velhos como coletivo social, tornam-se muito mais ameaçadores do que a velhice como fenômeno biológico” (FONTE, 2002, p.12).

Hoje o idoso deve ser protagonista de sua vida, com autonomia e independência.

Assim, os **idosos**, ao definirem sua **identidade**, ultrapassando os limites do preconceito, começam a estabelecer seu espaço social, buscando seu reconhecimento pelo que já desempenharam no decorrer de sua trajetória e do que tem capacidade de desenvolver devido a sua experiência. Como afirma Steglich (1992, p. 61) “**a melhor forma de construir a própria**

personalidade, em qualquer fase da vida, é sempre edificar sobre o alicerce da realidade”.

Envelhecimento ativo

O **envelhecimento ativo**, hoje, revela-se como uma das propostas sociais mais bem estruturadas para o público idoso, visando à integração social, por meio da inserção em diferentes espaços, além do reconhecimento político deste segmento. Os **idosos ativos**, enquanto atores sociais representam uma das mais importantes forças sociais que começam a se organizar nesta década.

O envelhecimento ativo caracteriza-se como “processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas” (OMS, 2005).

Neste sentido, pensar o envelhecimento de maneira ativa, significa permitir a atividade laboral por mais tempo, oferecendo condições para isso. Buscar alternativas para que haja uma **cidadania ativa**, com participação constante nas **questões políticas, econômicas e sociais**. Possibilitar aos sujeitos que desfrutam de boa saúde, por meio de ações voltadas à melhoria dos programas de saúde, com uma ação efetiva em relação à prevenção de doenças (COMISSÃO EUROPEIA, 2012).

Empoderamento na Terceira Idade

O termo **Empowerment** já há muito faz parte da literatura brasileira, sendo traduzido como **empoderamento** no sentido de aumento de poder e como decorrência também maior autonomia no aspecto pessoal e no coletivo. Em especial este termo é utilizado quando se verifica um grupo que sofre discriminações, é estereotipado negativamente, sofre diferentes situações de opressão e violência, o que requer uma mudança e superação deste panorama de hostilidade.

O **poder** pode ser entendido como um **processo de conscientização**, no qual o indivíduo interage com o seu contexto social, conhece a si e ao mundo, transformando a si ao mesmo tempo em que é transformado pelo mundo. Esta maior criticidade e visão do mundo possibilita uma maior

capacidade de intervenção e controle das situações. O idoso encontra-se entre os grupos que são marginalizados e oprimidos caracterizados pelo que Freire chama de cultura do silêncio. Nesse sentido ocorre a transformação social entre os que detêm ou não o poder e resulta em uma distribuição com maior equitatividade (2005).

Nesta nova visão, os idosos, irão desempenhar um papel mais ativo, desenvolvendo suas habilidades e assumindo a postura de protagonistas legítimos do próprio desenvolvimento (OAKLEY; CLAYTON, 2003).

Considerar que para um grupo se **empoderar**, é necessário que outros grupos diminuam ou percam o poder não corresponde a realidade. Quando se considera que hoje se vive a era do empoderamento, implica que outros grupos que se encontram à margem do poder, necessitam de apoio para empoderar-se, logo todo grupo possui poder variando conforme o contexto em que está inserido, entretanto possibilita o aumento do poder dos grupos mais desprovidos. Certamente o empoderamento dos idosos levará a consequências sobre o poder exercido pelos demais grupos.

O **conhecimento** passa a ser um **instrumento eficiente e necessário** para o empoderamento, em especial, para os idosos, na tentativa de superar os desequilíbrios sociais.

Tanto **empoderados** como **desempoderados** constituem duas faces de um mesmo processo social que pelo contínuo movimento, ora pela exclusão, ora pela complementariedade estruturam e compõe o todo que dinamiza o processo de desenvolvimento.

Sugestões de vídeos para você aprofundar suas reflexões:

Envelhecimento ativo

https://www.youtube.com/watch?v=TP_AogiaOgw

Sérvia: empoderamento de idosos

https://www.youtube.com/watch?v=RoC7Lu_pOS8

Unidade III: Universidade Aberta para a Terceira Idade

Histórico das Universidades Abertas

A **inserção de idosos em espaços educativos** que promovam a integração e uma educação de qualidade para este público é prevista em diversas políticas, porém, o que se observa é que o que está prescrito ou recomendado muitas vezes não está sendo cumprido. As ações governamentais para o idoso voltam-se na maioria das vezes para questões de saúde e da própria previdência, alegando-se poucos recursos para outras ações.

Os Estados Unidos e a França são os primeiros países a oportunizarem um espaço educacional para idosos. Tais experiências educacionais remontam a 1970 e refletem a preocupação com o envelhecimento populacional de ambos os países.

Nos EUA a **primeira experiência educacional** para idosos aconteceu no século XVIII, tendo como princípio educativo o desenvolvimento da cidadania. Segundo Cachiori (1999, *apud* NERI, 1999, p.142), a educação religiosa assumiu uma orientação política e cívica à medida que “a capacidade para ler e escrever era desenvolvida para que todos os indivíduos adultos pudessem participar das decisões da nação e recebessem orientações religiosas, através da leitura e do entendimento da Bíblia”.

Na **década de 1950**, a **Universidade de Chicago e a Universidade de Michigan** preocupadas com o envelhecimento da população, ofereceram cursos de preparação para a aposentadoria e nas décadas seguintes foram criados programas de treinamento para o trabalhador idoso, expandido também as pesquisas e produções científicas na área da gerontologia, difundindo sensivelmente os conhecimentos nesta área.

A **primeira experiência** registrada na área de **educação** foi criada na **França**, em 1960, chamada de **Universidades de Tempo Livre**, as quais são consideradas **precursoras das Universidade da Terceira Idade**, com o objetivo primeiro de preencher o tempo livre das pessoas idosas e aposentadas, oferecendo diferentes atividades culturais e lúdicas.

Também foi na França que em 1973, Pierre Vellas fundou a primeira Université du Troisième Âge (UTA) e segundo o próprio criador objetivava uma maior participação do idoso, incentivo à sociabilidade, gosto de pela vida e com isto a busca de uma mudança na representação social que sociedade atribuía à velhice.

As UTAs ofereciam um programa educacional às pessoas idosas, visavam possibilitar uma maior inserção e preparação dos idosos para que se “(re)insiram na sociedade e, se necessário, intervenham em seus problemas” (PALMA, 2000,p.53).

Outro ponto relevante volta-se para a importância dada à pesquisa, visando avanços na qualidade de vida dos idosos de modo geral, não apenas dos alunos das UATs.

Basicamente podem ser considerados **dois modelos de Universidades para a Terceira Idade: o francês e o inglês**, relacionando-os com os dois países considerados precursores nas ofertas educativas para os idosos.

Esses dois modelos foram se disseminando por todo o mundo, inclusive no Brasil, sofrendo modificações conforme as necessidades locais, mas tendo como princípio maior, oferecer um espaço educativo, oportunizando o enriquecimento cognitivo, integração de conhecimentos, relacionamento intergeracional, elevação da autoestima e valorização da pessoa idosa.

As Universidades Abertas para a Terceira Idade (UATI) tem sido criadas nas diferentes universidades pelo mundo como uma modalidade da educação não-formal e educação permanente ao mesmo tempo que instrumentaliza o idoso com conhecimentos, informações, possibilitando e legitimando o exercício pleno da cidadania.

A experiência da UATI na UEPG

A Universidade Aberta para a Terceira Idade da Universidade Estadual de Ponta Grossa foi criada em 1992, a primeira ação desta natureza no Paraná. Foi aprovada pelo Colegiado Setorial em 20/12/1991; homologado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão pelo Parecer 23/92 de 14/04/1992. O grande sucesso deste curso, levou a Universidade Estadual de Ponta Grossa a institucionalizá-lo em 1997, sob a Resolução C.A. número 56/97. Desde esta data a oferta deste programa (à época projeto) sócio educacional se tornou ininterrupta e sistemática.

No ano de 2012, o **projeto** da UATI pelo seu reconhecimento acadêmico e social, foi reestruturado e transformado em **programa**, devido aos benefícios que trouxe para os idosos de Ponta Grossa e região, refletindo seu crescimento quanti-qualitativo. Desta forma, o Programa Universidade Aberta da Terceira

Idade está composto por cursos: Universidade Aberta para a Terceira idade (UATI) e Universidade Continuada para a Terceira Idade (UCTI), além de projetos e disciplinas distribuídos em 4 eixos norteadores, os quais contemplam as diferentes dimensões do ser humano.

Por meio deste programa, busca-se propiciar o desenvolvimento de diferentes habilidades e competências, a ampliação de conhecimentos, relações intergeracionais, troca de saberes, inserção e participação social dos idosos.

O **Programa Universidade Aberta para a Terceira Idade** fundamenta-se na concepção de educação permanente, na modalidade de educação não formal, entendida como um processo que ocorre ao longo da vida e volta-se para a autorrealização do idoso.

A consciência histórica e a reflexão crítica sobre os conceitos, as ideias e as ações educativas de nossa época possibilitam nossa contribuição efetiva na construção de práticas e teorias para a educação na terceira idade, atendendo às implicações individuais e interesses, e, ao mesmo tempo proporcionem melhorias e benefícios, buscando uma melhor qualidade de vida.

Estrutura-se com **abordagem multidisciplinar**, a qual prioriza o processo de valorização humana e social deste segmento etário, refletindo de maneira contínua sobre as problemáticas do idoso sob as mais diversas abordagens: biológica, psicológica, sociológica, filosófica, política, espiritual, religiosa, econômica e cultural.

O processo educativo deve ser refletido a luz dos pilares da educação preconizados pela UNESCO: aprender a ser (a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa, espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade; desenvolver a autonomia, o discernimento e a responsabilidade; aprender a fazer (a educação deve contribuir para que a pessoa adquira competências para uma melhor qualificação profissional, experimentando uma diversidade de atividades, alternando o ensino e o trabalho, teoria e prática), aprender a conhecer (combinando com uma cultural geral ampla e aprender a aprender para saber aproveitar as oportunidades que a vida pessoal e profissional lhe apresentar); aprender a conviver (desenvolver a compreensão do outro, a

percepção e sensibilidade da interdependência entre as pessoas na sociedade em que vivemos) (DELORS, 2001).

Dentro da sua organização, **a UATI possui como objetivos:**

- *proporcionar uma melhor qualidade de vida para a pessoa idosa, tornando-a mais ativa, alegre, participativa e integrada à sociedade;*
- *possibilitar a aquisição de conhecimentos e informações em diferentes áreas apoiada na educação permanente.*
- *possibilitar a elevação da autoestima das pessoas idosas;*
- *ampliar o convívio social das pessoas idosas;*
- *possibilitar o desenvolvimento de potencialidades intelectuais, habilidades e competências pela pessoa idosa;*
- *valorizar a pessoa idosa proporcionando sua atualização cultural e aquisição de conhecimentos nos aspectos filosóficos, históricos, políticos, econômicos, biopsicológicos, gerontológicos e integração social;*
- *respeitar e valorizar experiências de vida e profissional, especialmente dos aposentados e donas de casa, contribuindo efetivamente como monitores nas ações comunitárias;*
- *possibilitar um convívio intergeracional;*
- *favorecer a implantação de leis para a pessoa idosa, na Região dos Campos Gerais, particularmente na cidade de Ponta Grossa;*
- *desenvolver a função universitária de ensino, pesquisa e extensão, voltada à atenção e à promoção humana, na fase do envelhecimento.*

Com a inserção do idoso na comunidade universitária, ocorre a integração entre gerações, estimulando reflexões e questionamentos sobre os diferentes aspectos que envolvem essa faixa etária, analisando preconceitos e discriminações que são cristalizados socialmente embora sem fundamentação científica.

O **Programa UATI** estrutura-se em **quatro grandes eixos articuladores**: Educação, cultura e arte; Saúde, nutrição e qualidade de vida; Educação física, esporte e lazer; Direito, empoderamento e cidadania. Nestes eixos baseiam-se e organizam-se os cursos (UATI e UCTI) e os projetos. Em cada eixo articulador estão alocadas as diferentes disciplinas. Dentro de cada

eixo há projetos e subprojetos, nos quais estão alocadas as atividades realizadas para os idosos.

Sugestões de vídeos para você aprofundar suas reflexões:

Programa Diálogos - 03/05/2012 - Universidade aberta à Terceira Idade - TV Unesp

<https://www.youtube.com/watch?v=gc0BaJvUSrU>

Educação na Terceira Idade

<https://www.youtube.com/watch?v=MzMTJThbAc0>

PALAVRAS FINAIS

Esperamos que ao terminar estes estudos, vocês tenham alcançado os objetivos da nossa proposta de trabalho, conhecendo um pouco mais sobre a modalidade de ensino Educação de Adultos, em destaque a atuação junto ao idoso.

Na sociedade atual, em que predomina o conhecimento como fonte de sabedoria e riqueza, novas experiências se impõem aos indivíduos, à sociedade e às instituições, advindo daí a necessidade de ser repensar o cenário educacional e profissional.

As Universidades Abertas para a Terceira Idade tem oferecido espaços educativos, que proporcionam ao idoso, além de um espaço agradável de convivência, de ampliação de seus laços afetivos, possibilita o desenvolvimento de habilidades, competências, autonomia, proporcionando o empoderamento individual e a busca do empoderamento coletivo pela articulação, engajamento, mobilização do idoso em busca de seus direitos, reconhecimento social como protagonista da sua história e integrante no desenvolvimento da sociedade.

No final deste estudo, agradecemos sua participação e queremos parabenizá-los pela dedicação!

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: Leôncio Soares, Maria Amélia Gomes de Castro Giovanetti, Nilma Lino Gomes (Org). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autentica 2005.

ASSIS, M. Envelhecimento ativo e promoção da saúde: reflexão para as ações educativas com idosos. **Revista APS**, v. 8, n.1, p. 15-24, jan./jun. 2005.

ATCHLEY, R. C. **A continuity theory of normal aging**. The Gerontologist, 1989.

BATISTA, A. S. *et al.* **Envelhecimento e dependência: desafios para a organização da proteção social**. Brasília: MPS/SPPS, 2008. (Coleção Previdência Social, v. 28)

BAZO, M. T. Aportaciones de las personas mayores a la sociedad: analisis sociológico. **REIS**, Madri, n. 73, 1996, p. 209-222.

BORGES, M. C. M. O idoso e as políticas públicas e sociais no Brasil. In: VON SIMSON, O. R. M; NERI, A. L; CACHIONI, M. (org.) **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas: Alínea, 2003. p. 79-104.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. **Lei nº 8842 de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso. Brasília, 1994.

_____. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 20 dez. 1996.

_____. **Parecer CNB/CEB 11/2000 de 5 de maio de 2000**. Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. Brasília: MEC, 2000.

_____. **Lei 10172 de 9 de janeiro de 2001**. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2001.

_____. **Lei nº 10741 de 3 de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília, 2003.

CACHIONI, M. **Envelhecimento bem sucedido e participação numa universidade para a terceira idade: a experiência dos alunos da Universidade São Francisco**. Campinas, 1998 (Dissertação de Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Unicamp.

_____. **Quem educa os idosos?** Um estudo sobre professores de universidades da terceira idade. Campinas: Alínea, 2003.

CAMARANO, A. A. **Os novos idosos brasileiros:** muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

_____. Mecanismos de proteção social para a população idosa. *In:* RIOS-NETO, E. L. G. **A população nas políticas públicas:** gênero, geração e raça. Brasília: CNPD: UNFPA, 2006. p. 67-71.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, O. P. **Envelhecer:** um encontro inesperado? Sapucaí do Sul: Notadez, 2001.

CARVALHO, S. R., GASTALDO, D. Promoção à saúde e empoderamento: uma reflexão a partir das perspectivas crítico-social e pós-estruturalista. **Revista e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, 2008.

CREF1 – RJ-ES. **Estatuto do Conselho Regional de Educação Física da 1ª Região.** Disponível em: http://www.cref1.org.br/estatuto_TIT_II.php. Acesso em: 23 de julho de 2012.

COMISSÃO EUROPEIA. **A contribuição da EU para o envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações.** Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2012.

DELORS, J. **Educação:** um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez. Brasília: MEC, UNESCO, 2001.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular.** São Paulo: Perspectiva, 1973.

FERRIGNO, J. C. Ação cultural e terceira idade. **A terceira idade.** São Paulo, v. 16, n. 32, p. 24-35, fev. 2005.

FONTE, I. B. Diretrizes internacionais para o envelhecimento e suas conseqüências no conceito de velhice. Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 12, 2002, Ouro Preto, **Anais do XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, ABEP, 2002.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

_____. **Pedagogia da autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FURTER, P. **Educação e vida.** Petrópolis: Vozes, 1976.

GADOTTI, M. **A educação contra a educação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Educação de adultos como direito humano**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GADOTTI, M; ROMÃO J. E. **Educação de Jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003

GOLDANI, A. M. Contratos intergeracionais e reconstrução do estado de bem estar. Por que se deve repensar essa relação para o Brasil? *In*: CAMARANO, A. A. **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 211-252.

HERÉDIA, V. B. M. A família, a educação e o envelhecimento humano: desafios para a sociedade. *In*: CASARA, M. B.; CORTELLETTI, I. A.; BOTH, A. **Educação e envelhecimento humano**. Caxias do Sul: EDUCS, 2006. p. 109-132.

HESSEL, R. Envelhecimento active numa sociedade encanecida: formação em todas as idades. **Revista Europeia de Formação Profissional**, Lisboa, n. 45, set./dez. 2008.

IBGE. **Projeção da População por Sexo e Idade para o Período 1980 – 2050**. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Revisão 2008, Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

_____. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000-2060**. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Brasília: IBGE: 2013.

LAPE, F.M., DUBOIS, P. *Quickening of America: Rebuilding our Nation Remaking our Lives*. San Francisco: Jossey-Bass, 1994.

LOPES, A. **Os desafios da gerontologia no Brasil**. Campinas: Alínea, 2000.

MISHARA & RIEDEL. **El proceso de envejecimiento**. Madrid, Morata, 1986.

MOODY, H. R. **Philosophical presuppositions of education for old age**. Educational gerontology, n.1, Barcelona, CEAC, 1989.

_____. The new aging enterprise. **Occasional papers**. Washington, Academic Affairs, n. 4, p. 1-50. may. 2008.

MORAGAS, R. M. **Gerontología social**: envejecimiento y calidad de vida. Barcelona: Herder, 1991.

_____. As relações intergeracionais nas sociedades contemporâneas. **A terceira idade**, São Paulo, v. 15, n.29, p.7-27. jan. 2004.

NERI, A. L.; DEBERT, G.G. **Velhice e sociedade**. Campinas: Papyrus, 1999.

OAKLEY, P; CLAYTON, A. **Monitoramento e avaliação do empoderamento**. Tradução de Zuleika Arashiro e Ricardo Dias Sameshima. São Paulo, Instituto Pólis, 2003.

OLIVEIRA, R. C. S. **Terceira Idade**: do repensar dos limites aos sonhos possíveis. Campinas: Papyrus, 1999.

_____. **Universidade Aberta para a Terceira Idade na Universidade Estadual de Ponta Grossa**. 1998. 639f. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências da Educação). Faculdade de Ciências da Educação, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 1998.

_____. Velhice: teorias, conceitos e preconceitos. **A terceira idade**, São Paulo, v.12, n. 25, p. 37-52, ago. 2002.

_____. O processo histórico do estatuto do idoso e a inserção pedagógica na universidade aberta. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 28, p. 278-286, dez. 2007.

OLIVEIRA, R. C. S.; SCORTEGAGNA, P. A.; OLIVEIRA, F. S. **O envelhecimento e a velhice**: teorias, demografia e política. Curitiba: CRV, 2011.

ONU. **Informe de la Segunda Asamblea Mundial sobre el Envejecimiento** - Madrid. Nova York: ONU, 2002.

PACHECO, J. L. As universidades abertas à terceira idade como espaço de convivência entre gerações. In: SIMSON, O.R.M.V.; NERI, A.L.; CACHIONI, M. (orgs). **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas: Alínea, 2003

PAIVA, V. Educação Permanente: ideologia educativa ou necessidade econômico-social? In: PAIVA, V.; RATTNER, H. **Educação permanente e capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 1985. p. 7-63.

PALMA, L. T. S. **Educação permanente e qualidade de vida**: indicativos para uma velhice bem-sucedida. Passo Fundo: UPF, 2000.

PAÚL, C. Envelhecimento activo e redes de suporte social. **Revista Sociologia**, Porto, n. 15, 2005. p.275-287.

PICONEZ, S. **Educação escolar de jovens e adultos**. São Paulo: Paulinas, 2002.

PINHEIRO, C.; MIRANDA, M.L. Empowerment e idosos: uma reflexão sobre programas de educação física. In: **A Terceira Idade**. São Paulo, v. 21, n. 48, jul. 2010

PINTO, A. V. **Sete lições sobre a educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1989.

PORTO, Y. S. **Educação de jovens e adultos: o desafio de ressignificá-la**. In: FARENZENA, R. C. (org). **Educação de Jovens e Adultos: movimento político-pedagógico**. Passo Fundo: UPF, 2004.

ROMANS, M., PETRUS, A. TRILLA, J. **Profissão educador social**, Porto Alegre: Artmed, 2003.

SAFONS, M. P; PESSOA, I. L. Educação, esporte, cultura e lazer para as pessoas idosas. In: CNDI. **Avaliação nacional dos direitos da pessoa idosa**. Texto base. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

SANTANA, H. B; SENA, K. L. O idoso e a representação de si. **A terceira idade**, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 44-53, set. 2003.

SARAIVA, I. S. **Educação de jovens e adultos: dialogando sobre aprender e ensinar**. Passo Fundo: UPF, 2004.

SCHMIDT, E. S. Cultura e Sociedade. In: OLIVEIRA, R. C. S (org). **Sociologia: consensos e conflitos**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001. p. 27-48.

SEED. **Diretrizes curriculares estaduais para a educação de jovens e adultos**. Curitiba: SEED/PR, 2006.

STANO, R. C. M. T. Questões do envelhecimento e suas relações com o processo de -ensino-aprendizagem. **A terceira idade**, São Paulo, v. 18, n. 40, p. 7-14, out.2007.

STEGLICH, L. A. **Crises normais da vida adulta**. Passo Fundo: UPF, 1992.

TOURAINÉ, A. P. **Podemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 1998.

UNESCO. **Conferência mundial sobre a educação de adultos**. Declaração de Hamburgo. Nova York: Unesco, 1999.

_____. **Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Declaração de Jomtien - 1990. Nova York: Unesco, 1990.

_____. **Declaração mundial sobre educação para todos: atingindo nossos compromissos coletivos**. Declaração de Dakar – 2000. Nova York: Unesco, 2000.

_____. **Marco de ação de Belém**. Brasília: Unesco, 2010.

URPIA, M. F. M. **Fórum EJA Bahia**: implicações na definição da política pública da Educação de Jovens e Adultos. 2009, 125 f. Dissertação. (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania). Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2009.

VIEIRA, S. L. Política(s) e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. V.23, n.1, p. 56-69, jan./abr., 2007.

WHITAKER, D. C. A. **Envelhecimento e poder**. Campinas: Alínea, 2007.

WHOQOL GROUP. **What Quality of Life?** World Health Forum. WHO: Geneva, 1994. p. 354-56. Disponível em: <http://www.who.int>

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.